



ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Cáceres-MT, 27 e 28 de Outubro de 2015

01 | Aos vinte e sete dias do mês de outubro de dois mil e quinze, às oito horas, no
02 | Auditório “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont,
03 | s/nº, Bairro DNER, em Cáceres-MT, foi realizada a 3ª Sessão Ordinária de dois
04 | mil e quinze do Conselho Universitário, da Universidade do Estado de Mato
05 | Grosso – UNEMAT, sob a presidência da Professora Ana Maria Di Renzo,
06 | presidente do CONSUNI, e secretariada por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-
07 | se presentes os conselheiros: Ivan Cleiton de Oliveira Silva, Vinícius Augusto
08 | Moraes, Gislaine Aparecida de Carvalho, Milton Chicalé Correia, Eveline Nunes
09 | Costa, Adailton Alves da Silva, Luiz Jorge Brasilino da Silva, Solange Kimie
10 | Ikeda Castrillon, Marcos Francisco Borges, Alcione Lescano de Souza Junior,
11 | Dilma Lourença da Costa, Tales Nereu Borgení, Alfredo Zenen Domínguez
12 | González, Luiz Antonio Barbosa Soares, Evaldo Ferreira, Marcia Helena Vargas
13 | Manfrinato, Ricardo Keichi Umetsu, Eurico Lucas de Souza Neto, Heitor Marcos
14 | Kirsch, Marion Machado Cunha, Adil Antonio Alves de Oliveira, Anderson
15 | Fernandes de Miranda, Cleci Grzebieluckas, Dirceu da Rosa Martins, Gabriel
16 | Schardong Ferrão, Reinado Norberto da Silva, Welton Neves Vilela, Claudeir
17 | Dias, Claudinei da Silva Lara, Jeferson Odair Diel, Paulo Roberto Pimenta,
18 | Fabiana Leite de Souza, Thiago Fernando dos Santos, Vitor Hugo Barbosa
19 | Inocêncio, e, Thiarles Diego dos Santos. Os conselheiros Agilson Poquiviqui,
20 | Gildete Evangelista, Marinez Cargnin Stieler, Luzia Aparecida Oliva dos Santos,
21 | Luiz Carlos Pascuali, e Marcelo Berigo, tiveram ausência justificadas. Após
22 | verificação de *quorum*, em segunda chamada, inicia-se a sessão, regida em
23 | conformidade com a Resolução nº 017/2012 – CONSUNI. A presidente
24 | cumprimenta a todos, agradece a presença e passa-se aos informes do dia. O
25 | pro-reitor de Pesquisa de Pós-graduação professor Rodrigo profere suas
26 | informações quanto aos eventos realizados nestes últimos meses, quanto à
27 | pesquisa e ainda quanto a pós-graduação, em relação aos programas,
28 | financiamentos e bolsas. Informou que em relação à pós-graduação tudo deverá
29 | passar e tramitar pela faculdade, e ainda esclareceu quanto aos repasses da
30 | CAPES, e ainda quanto à lotação de docentes na pós-graduação seja informado



01 à pró-reitoria de administração, que a pós-graduação deve prever em seus
02 projetos 70% dos docentes sejam do local onde será realizada, não se tem
03 expectativa de aumento de bolsas da CAPES, e, que a FAPEMAT vem suprindo
04 essas necessidades. Lembra o número de inscritos na Jornada Científica, os
05 trabalhos inscritos e apresentados, lembra que são aproximadamente cento e
06 cinquenta bolsas de iniciação científica, e, parabeniza os câmpus, e informa que
07 para o ano que vem terá um Work Shop em pesquisa. A pró-reitora Vera
08 Maquea informa sobre o V Encontro de Gestores, com pauta para diretores,
09 coordenadores e secretários de cursos, que este encontro foi técnico onde a
10 PRAD teve um papel fundamental neste processo. Que foi pensado sobre uma
11 organização para que se evitem os processos seletivos durante todo o semestre
12 letivo. Que está sendo pensado um sistema de avaliação do ensino superior
13 estadual, onde se espera integrar o SINAES, porém sabe-se que este não
14 atende nossos interesses. Acredita que seria preciso considerar os índices de
15 avaliação do curso e outros indicadores para somar na avaliação institucional.
16 Que a SECITECI apresentou uma proposta e alguns professores estão reunidos
17 para a discussão desta proposta que será apresentada como minuta de lei para
18 apreciação. A questão de formação de professores está sendo apresentada ao
19 governador, com o intuito de se buscar melhorias neste processo de formação
20 continuada. Quanto as vagas remanescentes, destaca o sistema de créditos, e
21 que este ainda não está organizado. Que na última reunião do CONEPE foi
22 constituída uma comissão para estudar sobre as vagas remanescentes para
23 melhor cumprimento das mesmas sem prejuízos acadêmicos. O pró-reitor
24 Francisco Lledo informa sobre os repasses orçamentários, e lembra quanto ao
25 final do exercício, e as limitações de recursos, porém foi solicitado o aumento
26 orçamentário dado ao excesso de arrecadação, e, que ainda terá mais dois
27 repasses até o final do ano a todos os câmpus. Que será divulgado por câmpus
28 a execução de cada um para conhecimento de todos. Que se iniciou o Processo
29 MT conectado a fim de fazer conexão em todo estado, e, foi iniciado uma
30 conversa com a operadora e esta se comprometeu a melhorar a qualidade da
31 internet em cada câmpus, e, que já vem sendo executada. Quanto ao PEP
32 agradece aos câmpus pela participação e esclarece que as informações



01 | lançadas deverão ser discutidas e validadas na reunião de novembro, e assim
02 | apresentar um relatório e posterior produção do planejamento. Que o relatório
03 | provavelmente deverá ser apresentado em dezembro, e que para a definição
04 | dos repasses para o ano que vem o governo quer ver o objetivo estratégico. O
05 | pró-reitor Alexandre Porto informa quanto a meta do projeto Rondon não foi
06 | alcançada, a qual era de cinco projetos. Que na jornada científica foram
07 | apresentados cem trabalhos de extensão, que no encontro de gestores foi
08 | apresentada a minuta de creditação, e que isto está sendo pensado e discutido,
09 | para atender o plano nacional de educação, e que também está sendo discutido
10 | em todos os fóruns de educação superior. Quanto ao PROEXT 2014 não houve
11 | recurso para nenhuma estadual, e que está sendo pensado para o ano que vem
12 | as olimpíadas e festival de música. O pró-reitor Danzer informa quanto aos
13 | contratos de professores quanto ao processo seletivo, em relação a demora do
14 | encaminhamento dos processos para realização de seletivo e isto vai pesar para
15 | o semestre que vem. Que em relação a demora de processos de contratação,
16 | ainda persiste, hoje tem aproximadamente cem processos que chegaram
17 | atrasados, e tem professores com quatro meses de atraso no pagamento.
18 | Agradece o cuidado das faculdades que cumpriram com os prazos e entregas
19 | dos processos de contratação de professores. Que em relação a nomeação dos
20 | técnicos, não foi efetivado visto os limites de despesa com pessoal. Que tem um
21 | pedido para realização de concurso público para os câmpus de Diamantino e
22 | Nova Mutum, e isto ainda não está definido. Que a comissão ética da instituição
23 | está em processo de capacitação e posteriormente fará um trabalho preventivo
24 | em todos os câmpus. Quanto ao tempo de serviço a secretaria de gestão de
25 | pessoas fará uma nova avaliação para a contagem do tempo de serviço de
26 | interino dos então professores efetivos. A presidente pede aos conselheiros que
27 | façam os repasses dos informes aos câmpus, e lembra que não se pode mais
28 | chamar o regime de trabalho de TIIDE. Informa quanto as emendas
29 | parlamentares estaduais destinadas à Unemat em prol de infraestrutura. Que se
30 | busca aumento de recursos da FAPEMAT em maior escala para a universidade,
31 | e, que espera buscar mais dinheiro, e que foi recentemente aprovado recursos
32 | para periódicos. Que há uma grande tendência de pós-graduação em prol de



01 formação profissional. Que a prestação de contas da FAESPE será feita no final
02 desta sessão. Esclarece o ocorrido em Colíder a fim de evitar especulações, que
03 não foi à reitoria que impôs esta discussão nem tão pouco o professor Tales, e
04 que é de conhecimento de todos a falta de preenchimento das vagas, chegando
05 a decisão local de migração dos cursos para outros câmpus, e que foi
06 constituída comissão para estudo e apresentação de proposta a este conselho,
07 que a proposta é readequação do câmpus, e não de fechamento. A presidente
08 consulta os conselheiros que tem interesse em fazer informes, passando a
09 palavra ao conselheiro Reinaldo, o qual informa que foi eleito como diretor
10 administrativo do câmpus de Cáceres, esclarecendo suas atribuições e
11 responsabilidades. Lembra quanto a redução dos repasses aos câmpus, e que
12 isto prejudica o bom andamento do mesmo, e, que isto recai sobre a diretoria
13 administrativa, neste sentido conta com o apoio da reitoria para atender as
14 solicitações necessárias. A presidente procede à posse do conselheiro
15 Alexandro Cesar Faleiro, representante docente do câmpus de Tangará da
16 Serra. Ato contínuo passa-se às aprovações das atas da 2ª sessão e da 1ª
17 sessão extraordinária deste conselho. A presidente procede à leitura da pauta
18 proposta, abrindo para inclusão de itens de pauta, sendo que houve os
19 seguintes: Item 01. Regimento da Editora da Unemat. Em regime de votação:
20 fica incluída a pauta com 33 votos favoráveis e 01 abstenção. Item 02.
21 Regimento para remoção definitiva. Em regime de votação: fica incluída a pauta
22 com 33 votos favoráveis e 02 abstenções. O conselheiro Marcos pede questão
23 de ordem a qual lhe é concedida e esclarece que será preciso inverter a Pauta
24 05 da proposta original, sobre o regimento, uma vez que tem conselheiro que
25 estão votando e que talvez não continue a ter direito a voto dependendo do
26 resultado da pauta 05. A presidente esclarece que pela ordem é inclusão,
27 retirada e inversão de pauta, e questiona o conselheiro se o mesmo já vai fazer
28 a propositura da inversão, sendo que o mesmo manifesta afirmativamente. A
29 presidente coloca em regime de votação a proposta do conselheiro Marcos: Que
30 se interrompa a inclusão de pauta e passe a inversão de pauta. Em regime de
31 votação: 05 votos favoráveis, 23 votos contrários e 03 abstenções. Assim,
32 prossegue dando sequência à inclusão: Item 03. Autorização de aumento de



01 vagas para oferta de duas turmas da educação indígena. Em regime de votação:
02 30 votos favoráveis e 01 abstenção. Item 04. Calendário das reuniões do
03 CONSUNI. Em regime de votação: 34 votos favoráveis. Item 05. Proposta da
04 Prefeitura de Rondonópolis para Reorganização dos Cursos em Regiões
05 Estratégicas (Rondonópolis e Várzea Grande). A presidente procede a leitura
06 dos documentos apresentados quando do pedido de inclusão de pauta e pela
07 Prefeitura de Rondonópolis, projetando a proposta aos senhores conselheiros.
08 Esclarecendo que a preocupação se restringe aos custos com esta implantação,
09 que houve uma comissão constituída para proceder ao estudo e futura proposta,
10 e, sugere que estes documentos sejam remetidos a esta comissão para
11 posterior apresentação de proposta, que a gestão se compromete dar apoio aos
12 trabalhos da comissão. Esclarece que não seria inclusão de pauta e propõe que
13 não seja ponto de pauta e sim encaminhamento dos documentos à comissão já
14 existente. O conselheiro Marion propõe que fosse votado primeiramente a
15 inclusão. Acatada a proposta pela mesa, o ponto foi colocado em votação. O
16 professor Isaac pede a palavra para apresentar sobre a matéria de inclusão de
17 pauta, a mesa após consulta aos conselheiros concede a palavra ao professor
18 que tece suas considerações sobre o assunto, esclarecendo que um grupo é
19 contra o fechamento do câmpus de Alto Araguaia, que muitas ações foram feitas
20 pela gestão para se resolver a questão do não preenchimento das vagas. Que a
21 comissão anterior de estudo sobre a implantação do câmpus em Rondonópolis
22 não foi levado em consideração à proposta da Prefeitura. A presidente afirma
23 que não fará nenhuma reunião para tratar politicamente sobre esse assunto sem
24 a presença da equipe institucionalizada aqui, pensa que não deve expor a
25 instituição sem uma profunda análise quanto à criação de um câmpus. Pede a
26 presidente da comissão professora Gislaine para que se faça um amplo estudo
27 envolvendo todos os colegas e as possibilidades possíveis, que a comissão
28 ouça os pares do câmpus e que sejam estudadas as propostas apresentadas.
29 Em regime de votação a inclusão do item de pauta: 23 votos favoráveis, 10 voto
30 contrário e 02 abstenções. Não havendo nenhuma proposta de inclusão de
31 pauta por parte dos conselheiros passa-se a retirada de pauta, não havendo
32 passa-se a inversão de pauta, sendo proposto pela mesa a inversão do item 5



01 para o 1º ponto. Em regime de votação: fica aprovada a inversão com 33 votos
02 favoráveis, 01 abstenção. Ficando assim definida a ordem do dia: **5.**
03 **Regimentos do CONEPE e CONSUNI:** Revogação do artigo 86 da Resolução
04 nº 017/2012-CONSUNI; Revogação do item 1.2.1.1 do Edital nº
05 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos; Deliberação sobre os atos aprovados
06 pelo CONSUNI nas sessões de 2015; e, Revogação da Resolução nº 075/2015-
07 CONSUNI e retorno das vagas ao *Campus* de Luciara. **1. Homologações das**
08 **Resoluções Ad Referendum do CONSUNI;** 1.1 - Resolução nº 008/2015 -
09 Dispõe sobre a Remoção Temporária de servidores docentes da Universidade
10 do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. 1.2 - Resolução nº 009/2015 - Dispõe
11 sobre a Comissão para conduzir o processo eleitoral para eleição dos
12 integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Docente-
13 COPAD. 1.3 - Resolução nº 010/2015 - Altera a Resolução nº 074/2015-
14 CONSUNI, que define o calendário de reuniões das Sessões Ordinárias do ano
15 de 2015 do Conselho Universitário – CONSUNI da Universidade do Estado de
16 Mato Grosso. **2. CÂMARA SETORIAL DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO.** 2.1-
17 Curso de Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo Programa
18 Parceladas/UNEMAT - Vila Rica; 2.2 – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu*
19 “Estudos Literários: Memória e Identidade”. **3. CÂMARA SETORIAL DE**
20 **LEGISLAÇÃO.** 3.1 - Regimento dos Colegiados Regionais da UNEMAT (Art. 4º;
21 alínea “a”). 3.2 - Regimento das Bibliotecas. 3.3 – Regimento do NEPITUR. **4.**
22 **Resultado das Comissões Temporárias:** 4.1 - Regimento Geral da UNEMAT.
23 4.2 - III Congresso Universitário. 4.3 - Critérios de distribuição de recursos da
24 Administração Central para os câmpus Universitários. 4.4 - Estudo e
25 reorganização da política de oferta de cursos do *Campus* Universitário de Alto
26 Araguaia. Pautas inclusas: Ponto de Pauta 06. Regimento da Editora da
27 Unemat. Ponto de Pauta 07. Regimento para remoção definitiva. Ponto de Pauta
28 08. Autorização de aumento de vagas para oferta de duas turmas da educação
29 indígena. Ponto de Pauta 09. Calendário das reuniões do CONSUNI. Ponto de
30 Pauta 10. Proposta da Prefeitura de Rondonópolis para Reorganização dos
31 Cursos em Regiões Estratégicas (Rondonópolis e Várzea Grande). Ato contínuo
32 a presidente coloca em regime de discussão o item 5, da pauta, esclarecendo



01 | quanto a representação temporária de Luciara conforme artigo 86 da Resolução
02 | nº 017/2012-CONSUNI, assim com base no regimento foi realizada a eleição,
03 | estando presente no item 1.2.1.1 do Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC, porém,
04 | afirma que isto foi denunciado ao Ministério Público pela ADUNEMAT e pelo
05 | técnico Amir, pedindo revogação destes atos, que foi firmado um acordo com o
06 | Ministério Público o qual foi apresentado aos conselheiros para conhecimento
07 | quanto ao comprometimento da reitoria em trazer para o conselho a proposta de
08 | revogação do artigo 86 da Resolução n. 017/2012; supressão do item 1.2.1.1 do
09 | Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos, e a suspensão da posse dos
10 | conselheiros; bem como a deliberação sobre os atos aprovados pelo CONSUNI
11 | nas sessões de 2015. Assim, coloca em regime de discussão, não havendo
12 | manifestação dos conselheiros passa-se ao regime de votação. Em regime de
13 | votação quanto à revogação do artigo 86 da Resolução n. 017/2012. O
14 | conselheiro Adil pede questão de esclarecimento, quanto a legalidade
15 | apresentada sobre a matéria, sendo esclarecido pela presidente quanto ao
16 | previsto no Estatuto que a representação nos conselhos é de livre candidatura e
17 | que apenas membro nato seria a presidência. Procedendo a leitura do previsto
18 | no Estatuto da Unemat. O conselheiro Milton Chicalé pede questão de ordem e
19 | manifesta que a rigor compreende este ponto, porém questiona que esta é uma
20 | prática recorrente há muitos anos e que ninguém arguiu sobre isso, que não
21 | havia necessidade de recorrer ao Ministério Público, que deveria ter requerido
22 | administrativamente, que lamenta esse tipo de coisa, e se alguém começar a
23 | levantar a aprovação do conselheiro a partir deste ponto, dos cinco, dez anos
24 | passados? Que muitas vezes é questão de bom senso, o que tem de pano de
25 | fundo nisso aí? Que respeita a democracia, que é favorável às discussões
26 | divergentes, mas que é preciso se evitar a exposição da instituição, que já está
27 | exposta bastante. O conselheiro Luiz Jorge no uso da palavra manifesta que o
28 | posicionamento que o fato dos colegas do conselheiro anterior não ter tomado
29 | atitude isto confere a eles, e, que mesmo tendo alertado quanto a não
30 | permanência dos dois conselheiros neste conselho, isto foi mantido, e se não
31 | fosse algo errado não seria firmado um acordo entre o Ministério Público e a
32 | Reitoria. As atitudes devem ser tomadas a medida do exercício político, que é



01 legítimo, e cabe a qualquer cidadão questionar. Em questão de ordem, entende
02 que o conselho deve acatar o termo de ajustamento de conduta firmado pela
03 reitora e Ministério Público, não deveria ser colocado em votação. A presidente
04 esclarece que não se trata de um TAC e sim de um acordo de suspensão até
05 submissão ao conselho. A conselheira Solange Ikeda parabeniza o
06 posicionamento do sindicato e manifesta que também entrou no Ministério
07 Público na época da eleição questionando quanto ao indeferimento de uma
08 chapa e foi a justiça quem determinou a liberdade de se ter duas candidaturas, e
09 também colocou o questionamento de professores que se tem dois salários, que
10 é cedido para a Unemat e também é contratado como professor. Que o mais
11 importante é ter coragem de falar e, lembra que na época foi criada uma figura
12 do cowboy e foi feito um panfleto com o nome dela. O professor Evaldo
13 manifesta que é interessado no assunto, que hoje ocupa o cargo de diretor e que
14 não concorda com esta forma de composição, mas que Luciara não pode ficar
15 sem representação, pois é um câmpus igual a qualquer outro. O conselheiro
16 Ivan questiona o que seria feito com as vagas de Luciara e a presidente
17 esclarece que as mesmas ficariam em aberto até que Luciara tenha sua
18 representatividade conforme previsto em Estatuto. Em regime de votação:
19 Revogação do artigo 86, ficando revogado com 31 votos favoráveis, e, 03
20 abstenções. A presidente coloca em regime de votação a supressão do item
21 1.2.1.1 do Edital nº 001/2015/Reitoria/ASSOC e seus efeitos, ficando revogado
22 com 30 votos favoráveis, e, 02 abstenções. O professor Luiz Antonio fazendo
23 uso da palavra afirma que é contra a ocupação da vaga desta maneira, mas que
24 a disposição transitória é por força estatutária que impede professor interino de
25 se candidatar, que gostaria de manifestar a renúncia, mas isto não é previsto em
26 estatuto. A presidente esclarece que em audiência com o Ministério Público
27 ficou deliberado à validação ou não dos atos. Em regime de discussão, passa a
28 palavra ao conselheiro Luiz Jorge que manifesta quanto às votações com a
29 diferença entre um ou dois votos, entendendo que estas devam ser reapreciadas
30 pelo conselho. O conselheiro Milton Chicalé manifesta que ao rigor seria isto,
31 porém e os outros atos aprovados como ficariam? Então seria necessário
32 rediscutir tudo? Deve-se esquecer de tudo que foi feito? O assessor jurídico



01 manifesta que a discussão da ação civil era a revogação do artigo 86, e que isto
02 foi discutido no Ministério Público com o encaminhamento de convalidação do
03 ato administrativo ou não, não se trata da rediscussão da matéria. O conselheiro
04 Valdir faz a observação que deve ser considerado os atos a partir do Edital 001.
05 O conselheiro Adil esclarece que os atos votados até aquele momento das
06 votações entendia que até disposição transitória era válida, como caso especial
07 desta universidade, na sua autonomia e soberania deste conselho. Que entende
08 que se trata do ato administrativo como já falado pelo assessor jurídico, que
09 parece que há outros interesses, certo orgulho que precisa ser vencido, e que
10 pela soberania deste conselho que se entenda que é o ato que se precisa votar.
11 O professor Rodrigo manifesta que o que se deve votar é se vai ou não validar
12 os atos, e não retomar as matérias, e se não validar daí se abre outras
13 discussões. O conselheiro Vinícius manifesta que está sendo discutidas coisas
14 antecipadas, que não se sabe quais seriam os atos, quantos atos, quais os
15 decisivos? O conselheiro Reinaldo manifesta que não foi por falta de aviso
16 quanto a questão legal, que já tinha manifestado que se sentia mal com as
17 votações, que o conselho não é soberano, e outra coisa, os votos decisivos seria
18 os votos qualificados. O conselheiro Vinícius questiona como se ter certeza que
19 os votos dos conselheiros foram favoráveis ou desfavoráveis? A presidente
20 esclarece que o que está afligindo algumas pessoas do conselho é as
21 homologações de resoluções que criaram cursos e ainda de turmas especiais. O
22 conselheiro Milton Chicalé manifesta que não houve nenhum pedido de
23 reconsideração quanto ao assunto, e que o encaminhamento seria o que fazer
24 com as deliberações feitas, e então para complicar retomaria as filmagens e que
25 inclusive deveria se alterar as atas. O conselheiro Luiz Jorge manifesta que seria
26 deste conselho em diante o interesse em rever as votações. O conselheiro Tiago
27 esclarece que sendo retirados estes votos, seria alterada a proporção, seriam
28 apenas 28 votos e não trinta. O assessor jurídico retoma a palavra e reafirma
29 que deve se validar ou não os atos. O conselheiro Adil como encaminhamento
30 sugere que seja votado se valida ou não estes atos. O conselheiro Reinaldo
31 pede questão de ordem afirmando que acredita que são dois momentos de
32 votação os atos com votos simples e com votos qualificados. A presidente



01 esclarece que isto não é o que está no parecer da promotoria, passando ao
02 regime de votação. Em regime de votação: Convalidação dos atos feitos pelas
03 duas sessões anteriores deste conselho, ficando validados com 30 votos
04 favoráveis, 07 contrários, e, 00 abstenção. A presidente coloca em regime de
05 votação a Revogação da Resolução nº 075/2015-CONSUNI e retorno das vagas
06 ao *Câmpus* de Luciara, ficando aprovada a revogação com 35 votos favoráveis,
07 00 contrários, e, 01 abstenção. A conselheira Eveline propõe que seja composta
08 uma comissão temporária para discutir sobre a representação de Luciara neste
09 conselho e no CONEPE, sendo colocado em regime de votação. Em regime de
10 votação, ficando aprovado com 28 votos favoráveis, 01 contrário, e, 03
11 abstenções. A presidente solicita candidatos para composição, ficando assim
12 constituída: docentes; Evaldo, Márcia e Milton Chicalé, técnico Gabriel e
13 discente Thiarles, tendo como presidente o professor Milton, com prazo para a
14 próxima sessão. A presidente passa a apreciação ao item **1. Homologações**
15 **das Resoluções Ad Referendum do CONSUNI.** 1.1 - Resolução nº 008/2015 -
16 Dispõe sobre a Remoção Temporária de servidores docentes da Universidade
17 do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A presidente justifica qual o motivo que
18 levou a emissão de resolução *ad referendum*. Ato contínuo passa a palavra para
19 o conselheiro Claudeir que questiona qual o real objetivo desta resolução, pois
20 remoção quando feita é publicada em diário oficial. O conselheiro Luiz Jorge
21 esclarece que uma coisa é remoção para gestão outra coisa é remoção
22 temporária para ocupar vagas por eventuais substituições por afastamentos para
23 qualificação ou por falta de efetivo, que o *câmpus* de Cáceres não é obrigado a
24 ficar albergando pessoas que vem para ocupar vagas e assume gestão e logo
25 estará sendo preciso agregar disciplinas de áreas diferentes para abrir uma vaga
26 em teste seletivo, pensa de muitas pessoas tem se valido da reitoria para se
27 albergar, pensa que este documento foi feito no sentido de solucionar este
28 problema. Quanto ao artigo segundo pensa que deveria ser explicito “para fins
29 de professores afastados para qualificação ou nos casos de vagas não
30 preenchidas ou ofertadas em concurso público”, e assim com a supressão do
31 parágrafo e dos dois incisos. Já o inciso I do artigo 4º, não tem clareza sobre o
32 assunto, pois corre o risco de contrariar o artigo 2º. No artigo 5º, por período de



01 | doze meses, pensa que deveria deixar o período letivo em dezembro, considera
02 | que acha estranha à previsão de “vaga”. Que o artigo 7º merece cuidado, pois a
03 | lotação é nas faculdades. Pede esclarecimento quanto à data limite de 10 de
04 | agosto. No artigo 9º não seria necessário a vinculação dessa necessidade de
05 | substituição com documento de afastamento, e quanto ao parágrafo segundo
06 | pensa que tem critério na lei ordinária, o artigo 11º praticamente repete o
07 | previsto no artigo 4º, no artigo 13º por que não se prevê a questão das
08 | faculdades? Que esta retira das faculdades a autonomia. A presidente esclarece
09 | que esta resolução surge com o fim maior de regulamentar prática já existente
10 | na instituição e ocorrendo de formas diferenciadas, e, assim considerando a
11 | mobilidade docente o CONEPE começou a se discutir sobre isso. Que espera
12 | que na reitoria ninguém esteja guardado lá por ato subterfúgio nenhum, e que
13 | não se precisa estar em Cáceres, se tem outras maneiras de resolver isto. Que o
14 | professor Jesus é da comissão no CONEPE e que quanto a data, pois pensando
15 | em não se prejudicar o processo seletivo, sugere que seja votada e que depois
16 | se faça uma retomada da mesma, pois acredita que a mesma será utilizada no
17 | ano seguinte, o cuidado era respaldar os primeiros encaminhamentos de 2016,
18 | que o interesse é institucional. Acata as considerações do conselheiro Luiz
19 | Jorge, porém pensa que é preciso ser votada. O conselheiro Reinaldo afirma
20 | que algumas coisas lhe preocupa como a prática dessas remoções, que se
21 | pegar a Lei as faculdades que deveria se manifestar sobre isso, e ainda a
22 | questão legal da remoção temporária, que os dispositivos falam de remoção, e
23 | ainda a questão do lotacionograma, que seja publicado antes dos processos
24 | seletivos. A presidente esclarece que esta proposta foi discutida no CONEPE e
25 | não foi trazida pela gestão, que é preciso se normatizar para respaldar uma séria
26 | de pessoas. A questão é: homologa ou não, se não se remete para a câmara
27 | para uma análise maior. O conselheiro Ricardo afirma que a questão das
28 | faculdades precisa ser respeitada, que precisa ficar claro no artigo 9º o interesse
29 | da faculdade, pois o diretor ter a dimensão de quem está atuando e se o
30 | professor a ser removido é de interesse dos cursos. O conselheiro Adil considera
31 | desnecessários muitos detalhes, e que alguns pontos mencionados pelo Luiz
32 | Jorge já constam na lei maior, que é preciso tomar cuidado quanto a isto, para



01 não se normatizar algo já existente em Lei. O conselheiro Ricardo explica que na
02 legislação não existe remoção temporária, assim entende que esta resolução é
03 ilegal, entende ser um ato discricionário do reitor. O conselheiro Luiz Jorge
04 manifesta sensível às situações necessárias é que está se pensando na
05 normatização para resolução de algumas questões internas, senão estaria
06 atendendo a resolução do estado. A conselheira afirma que a questão da
07 participação das faculdades, muitas vezes a consulta da faculdade se dá até por
08 telefone, e que tem acompanhado esta questão, que a resolução não está nem
09 aprovada e já está sendo obrigado a dar parecer até por telefone. A presidente
10 explica que a prática não é esta, se isto aconteceu foi indevido. A professora
11 Vera Maquêa esclarece que no encontro de gestores foi discutido muito sobre a
12 lotação dos professores, que a questão é um problema institucional, e que todos
13 fizeram concurso para uma área e que ao longo da existência da Unemat muitas
14 áreas deixaram de existir, e ainda a universidade liberou docentes para
15 qualificação fora de área, e tudo isto de maneira legal, e ainda o fato do currículo
16 ser vivo e que é preciso alterá-los quando necessários, que nesta resolução foi
17 discutida a questão de ministrar aulas em outro câmpus na graduação como
18 ocorre na pós-graduação. Que tem liberdade para convidar pessoas para atuar
19 em sua gestão, e, que tem professores de alguns câmpus e ainda professores
20 do câmpus de Cáceres, ficando apenas com uma disciplina. Que não concorda
21 com a colocação do Luiz Jorge sobre acomodar pessoas, pois todos foram
22 convidados para trabalharem oito horas diárias, e não por interesse pessoal, e,
23 que a remoção temporária é a maneira de se organizar em médio prazo, e que
24 se o professor sai para qualificação é preciso avisar antes para que a faculdade
25 possa se organizar. O conselheiro Valdir acredita que este ato veio como *ad*
26 *referendum* para ser validado aqui, mas que muitos pontos começam a serem
27 afetados aqui, e que acredita que deva ser encaminhada a câmara para maior
28 estudo e apreciação, evitando se votar mediante as urgências e que considera
29 ser uma questão séria. A presidente esclarece que fez o *ad referendum* em
30 consonância com o CONEPE, e que não se trata de ser urgente, mas sim para
31 corrigir o que já se pratica. O conselheiro Luiz Jorge esclarece que quando falou
32 expressou os dois lados, e que todos sabem que muitas pessoas vêm para



01 Cáceres em razão de muitos acordos, que acha legítimo irem para gestão, mas
02 que não se utilize desta prática de virem para Cáceres e utilizando-se de
03 mecanismos para que fiquem no câmpus de Cáceres gerando sérios problemas,
04 e por isso a normatização, para que não seja resolvida esta questão. A
05 presidente pede ao conselheiro Luiz Jorge que gostaria de ouvi-lo
06 pessoalmente, porque se tem alguém encostado ela precisa saber onde está
07 este caso, que não fez acordo político para que professores viessem assumir
08 gestão em Cáceres. O conselheiro Reinaldo propõe o encaminhamento desta
09 resolução para a câmara para maior apreciação e posterior aprovação. E, que
10 ainda tem uma questão de técnicos que vem removido para gestão, havendo
11 uma super lotação na sede, que a sede hoje concentra mais de um terço dos
12 técnicos da instituição. A presidente esclarece que acha difícil dizer sobre
13 inchaço na sede, pois está sendo buscada a posse de novos técnicos devido à
14 falta destes profissionais. O conselheiro Claudinei manifesta que em editais de
15 remoção docente, alguns conseguiram e outros não, manifesta quanto isonomia,
16 também para técnicos, e, que está faltando técnicos na sede. A professora
17 Renata esclarece que está na gestão desde 2008 e que trabalha assiduamente
18 em até três períodos para cumprir com as atividades que hoje desenvolve. Que
19 se sente desrespeitada, pois se não tivesse na gestão não precisaria trabalhar
20 tanto. O conselheiro Tales esclarece que é preciso criar dispositivos a partir de
21 discussões quanto a remoção definitiva e temporária, pois, ocorreu que uma
22 professora tomou posse com decisão judicial com uma vaga que não existia e
23 depois em menos de uma semana estava concorrendo a coordenação do curso
24 de computação em Cáceres, tendo ganhado a eleição sendo lotada em Colíder,
25 e que não tem a disciplina em Cáceres. O conselheiro Claudeir sugere a
26 presidente que leve para o CONEPE a ideia de se discutir quanto a remoção
27 para ocupar vaga temporária e ainda a remoção para ocupar cargo de gestão. A
28 professora Vera questiona que a sede administrativa fica em Cáceres, neste
29 sentido seria correto compor a gestão maior da universidade apenas com
30 docentes e técnicos de Cáceres? A presidente coloca em regime de votação a
31 homologação da resolução, não sendo homologada por 05 votos favoráveis, 24
32 votos contrários, e, 01 abstenção. A presidente remete a resolução para



01 apreciação da câmara de gestão de pessoas e para a câmara de legislação. A
02 presidente passa a apreciação do item 1.2 - Resolução nº 009/2015 - Dispõe
03 sobre a Comissão para conduzir o processo eleitoral para eleição dos
04 integrantes da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho Docente-
05 COPAD. Não havendo discussão passa-se ao regime de votação, ficando
06 homologada com 24 votos favoráveis, 00 voto contrário, e, 01 abstenção. Em
07 apreciação o item 1.3 - Resolução nº 010/2015 - Altera a Resolução nº
08 074/2015-CONSUNI, que define o calendário de reuniões das Sessões
09 Ordinárias do ano de 2015 do Conselho Universitário – CONSUNI da
10 Universidade do Estado de Mato Grosso. Não havendo discussão passa-se ao
11 regime de votação, ficando homologada com 31 votos favoráveis. Coloca em
12 apreciação o ponto **2. CÂMARA SETORIAL DE ORÇAMENTO E**
13 **PATRIMÔNIO.** 2.1- Curso de Bacharelado em Direito, a ser ofertado pelo
14 Programa Parceladas/UNEMAT, Vila Rica. A presidente passa a palavra ao
15 relator que explica sobre o trabalho da comissão, e quanto aos
16 encaminhamentos dados para o atendimento legal solicitados anteriormente,
17 informando que a câmara manifestou favorável a abertura desses cursos. O
18 conselheiro Claudeir pede esclarecimento regimental, pois acredita que esta
19 matéria seria da câmara setorial de atividades acadêmicas, ficando esclarecido
20 que isto seria somente em grau de recurso. O conselheiro Marcos registra a
21 preocupação quanto a abertura desses cursos de direito nesta modalidade, e
22 que leu uma matéria de fechamento de cursos de direito por falta de condições
23 técnicas, e que o curso será desenvolvido por professores sem uma qualificação
24 adequada. O conselheiro Reinaldo mantém posição contrária a abertura de
25 cursos das parceladas, e que compete as faculdades a abertura de cursos, e
26 que não se tem como abrir bacharelado dentro das parceladas e, ainda que em
27 relação a crise econômica estes cursos serão afetados. Que está solicitando
28 informações referentes aos convênios desses cursos à diretoria das parceladas,
29 com apresentação de números referentes aos cursos, docentes, dentre outros
30 constante no requerimento. E ainda o requerimento à PRAD sobre contratação
31 temporária de docentes para atuação no programa parceladas, que as
32 parceladas têm custo para a Unemat, e, que aqui os conselheiros são



01 responsáveis por atos legais. O professor Evaldo informa que ocupa a diretoria
02 de cursos de parceladas, fora de sede e PARFOR, que as turmas novas são
03 autofinanciadas com seletivo via FAESPE, com a participação de docentes de
04 todo Brasil. Que no último seletivo nenhum professor efetivo participou, e, que
05 tudo está previsto nos planos de trabalhos dos cursos, que a diretoria informa
06 aos municípios a relação documental necessária para a solicitação de abertura
07 de cursos para posterior aprovação. O professor Rodrigo reflete sobre a
08 coerência sobre as discussões deste conselho, pela manhã se discutiu sobre a
09 questão de Rondonópolis, o que fazer com as turmas não preenchidas, e
10 quando se tem a possibilidade de abertura de novos cursos ficamos discutindo
11 questões pedagógicas que já foram apreciadas no CONEPE, aqui cabe uma
12 análise da viabilidade financeira, e outro ponto é que se a Unemat não oferta,
13 outras instituições privadas farão seja em regime presencial ou a distância. O
14 professor Luiz Antonio esclarece quanto a criação do câmpus de Luciara, que
15 tem uma proposta diferenciada de oferta de curso, e que cada vez que se
16 propõe a oferta de um curso, vem para o conselho e tem alguns contrapontos.
17 Pensa que a experiência de vinte três anos de cursos rotativos tem que ser
18 levado em conta, pois tem apresentado resultados satisfatórios, e, que as
19 parceladas têm sim custos para a Unemat, porém forma profissional a vinte e
20 dois anos naquela região. O professor Francisco Lledo tem preocupação quando
21 se fala em qualidade com professores contratados, fazendo menção ao câmpus
22 de Barra do Bugres e seu grande número de professores interinos até o
23 concurso de 2006, e que se o câmpus fosse receber os repasses devidos como
24 os demais câmpus, teria recurso de sobra para executar este curso. Que a
25 região cabe a discussão de qual curso ofertar. O conselheiro Claudeir questiona
26 se uma empresa privada pagar um curso para a Unemat ela vai fazer este
27 curso? Vai se privatizar este curso? Qual a diferença entre dinheiro privado e da
28 prefeitura? Por que não saiu o encaminhamento da abertura do curso por uma
29 faculdade? O conselheiro Milton Chicalé esclarece que a prefeitura está
30 assumindo 100% dos custos, que há uma grande procura para este curso de
31 direito, e se não fizermos outras instituições farão, assim ocorre a bitributação,
32 mantém a pública e paga a privada. Que precisamos consolidar tudo isso de



01 uma vez ou andar na contramão da história, que quanto à questão de
02 professores, quantos são doutores no curso de direito? O conselheiro Marion
03 manifesta quanto as políticas conservadoras na instituição, e se preocupa com a
04 forma de como se procura manter oposição à reitoria, e, que devemos avançar.
05 O professor Evaldo esclarece que quando foi convidado para assumir a diretoria
06 lembrou que seria muito difícil, que se têm muitas falhas nas normatizações e
07 que é preciso se resolver, se discutir muitas coisas, inclusive regimento das
08 parceladas ou melhorar das modalidades diferenciadas de ensino. A conselheira
09 Solange Ikeda lembra a questão de Colíder onde se soube do fechamento do
10 câmpus por meio de jornais ou facebook, pensa que é preciso discutir como será
11 construída esta universidade, quais os cursos que devem ser ofertados, que não
12 gosta das barganhas, onde estava previsto que seriam quatro cursos de direito?
13 O conselheiro Tales esclarece que é preciso se ver o que realmente está
14 acontecendo para depois dizer alguma coisa, que em relação a Colíder muitas
15 coisas foram feitas para se resolver a situação da falta de acadêmicos, e que
16 hoje se tem uma comissão discutindo encaminhamentos a serem feitos. A
17 conselheira Dilma pede informações quanto ao planejamento para a abertura do
18 curso de geografia em Colíder, acredita que não deve ter havido um
19 levantamento de demanda, e para que abrir o concurso para esta área, então
20 concorda que há interesse político. Questiona se existe um estudo quanto aos
21 cursos abertos pelas parceladas, divide a preocupação com a falta de estrutura
22 da instituição, onde teve que cancelar aula de campo por falta de ônibus. O
23 conselheiro Adil afirma que se deveria ater as discussões e decisões dos
24 assuntos em pauta, que as discussões devam ser de acordo com o objeto em
25 tela. A presidente pede aos conselheiros que votem com a consciência e
26 considerando a história desta universidade. Em regime de votação a criação do
27 curso de bacharelado em direito em Vila Rica, foi aprovado com 29 votos
28 favoráveis, 06 votos contrários, e, 00 abstenção. Passa-se a relatoria do item 2.2
29 – Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* “Estudos Literários: Memória e
30 Identidade”. O relator Adil apresenta sobre a proposta, esclarecendo como será
31 desenvolvido, afirmando que o processo consta de todos os documentos
32 necessários com pareceres das respectivas instâncias, declarações de trabalho



01 dos docentes, e demais documentos, explicitando que a câmara manifesta
02 parecer favorável a abertura do curso. O professor Rodrigo manifesta que é
03 importante o modelo que Tangará apresentou para realização do curso, onde o
04 programa pensou a forma de preparar os alunos do mestrado e ainda de
05 colaborar com a formação de outros profissionais. O conselheiro Claudeir solicita
06 que seja feito uma planilha financeira para apreciação do conselho. O
07 conselheiro Adil esclarece que a câmara tomou o cuidado em fazer menção aos
08 pareceres emitidos, para que o conselheiro faça um estudo completo, pois estes
09 pontos apresentados pelo conselheiro Claudeir já consta no pareceres da
10 PRPTI. A professora Vera informa que ninguém vai receber pró-labore e que não
11 tem nenhum custo para a universidade, apenas o interesse em fomentar a pós-
12 graduação. Que precisamos ter um programa de *lato sensu* para a universidade.
13 O conselheiro Claudeir insiste que deve haver ~~sim~~ uma planilha para melhor
14 visualização. A presidente esclarece que este é o desejo de todos que se haja
15 um modelo de planilha para as câmaras. O conselheiro Anderson esclarece que
16 terá apenas custo de manutenção de sala de aula, e, que a vinda dos
17 professores ficarão a cargo do programa, que a maior parte das bibliografias já
18 constam da bibliografia do programa, e em relação a necessidade de funcionário
19 foi sanado pelo programa. O conselheiro Tiago questiona se haverá a dispensa
20 de disciplinas aos professores que irão trabalhar, ficando esclarecido que não
21 haverá e que nenhum professor receberá pró-labore. O conselheiro Valdir
22 observa que é difícil se pensar em custo zero, pois há de se pensar em
23 documentos que fiquem claro, pois tem uma representação financeira nisso. Em
24 regime de votação, fica aprovada a abertura do curso com 35 votos favoráveis,
25 00 voto contrário, e, 00 abstenção. Passa-se a apreciação do ponto **3. CÂMARA**
26 **SETORIAL DE LEGISLAÇÃO.** 3.1 - Regimento dos Colegiados Regionais da
27 UNEMAT (Art. 4º; alínea “a”). O relator Luiz Jorge procede à relatoria esclarece
28 que foram solicitadas algumas adequações na proposta, procedendo a leitura do
29 parecer da câmara apresentando o que precisa ser ajustado. O conselheiro
30 Gabriel pede esclarecimento de como ficaria o texto do artigo 4º. Sendo
31 esclarecido pelo relator. O conselheiro Thiarles pede esclarecimento se isto seria
32 apenas com termo “convocar”, sendo também esclarecido pelo relator. A



01 presidente esclarece que um terço pode convocar, porém não pode deliberar,
02 porque não tem maioria absoluta. O professor Rogério questiona o que acontece
03 quando o presidente recusa, quem assume a presidência? O relator apresenta
04 sobre este questionamento, esclarecendo como ocorreria sobre este assunto. O
05 conselheiro Milton Chicalé esclarece que no artigo 7 do CONSUNI compete ao
06 presidente a convocação mesmo quando convocada pela maioria simples. A
07 presidente retoma que este regimento já foi votado na sessão anterior e que foi
08 para a câmara apenas para dirimir sobre este ponto, art. 4º. O conselheiro Tiago
09 acredita que como este colegiado é menor, não haja necessidade de se
10 aumentar este número para convocação. O relator esclarece que uma coisa é a
11 convocação e outra é o quórum. O conselheiro Thiarles reforça quanto a
12 convocação que é feita a todos os membros, logo estes deverão comparecer à
13 reunião. A presidente coloca em regime de votação o parecer da câmara, e se
14 necessário posterior análise para simetria entre os regimentos. Em regime de
15 votação o parecer da câmara com o destaque feito pelo Thiarles, ficando
16 aprovado com 35 votos favoráveis. Passe-se ao item 3.2 - Regimento das
17 Bibliotecas. O relator Luiz Jorge esclarece que esta proposta consiste na
18 alteração de resolução anterior, e que a câmara observou alguns pontos a
19 serem corrigidos, e que a mesma foi encaminhada novamente a PROEG para
20 discussões para encaminhamentos, assim, tem muitas dúvidas que precisa
21 esclarecer, como horário de funcionamento, a questão de atendimento no final
22 de semana, assim, a câmara manifestou parecer propondo a retirada de pauta
23 para estudo por comissão específica. A presidente pensa que o
24 encaminhamento seria a devolução para a PROEG para se pensar com mais
25 tempo. A professora Vera Maquêa esclarece que o trabalho apresentado foi feito
26 a partir das ideias de todos os representantes de bibliotecas dos câmpus, e que
27 assim pensa que seria ideal se compor uma comissão mais enxuta para
28 viabilizar os estudos. O conselheiro Gabriel afirma que esta comissão precisa
29 estar em contato com os representantes dos câmpus, levando em conta as
30 especificidades de cada câmpus. O conselheiro Claudeir lembra que há três
31 anos foi realizada uma reunião em Cuiabá e foi construído uma proposta na
32 época, lembra que ela se regimenta quanto a patrimônio, e, depois ficou a



01 dúvida que iria aprovar esta minuta de resolução ou não, e que depois chegou
02 ao conselho uma resolução totalmente diferente daquela discutida e construída.
03 Entende que é preciso se regulamentar as ações que já são feitas. A presidente
04 passa a palavra ao servidor Robson que esclarece quanto aos
05 encaminhamentos dados e quanto à resolução anterior não atende mais as
06 necessidades atuais. A professora Vera afirma que foi difícil ouvir todos os
07 técnicos responsáveis pelas bibliotecas, que a possibilidade de avanço é a
08 criação de uma comissão mais enxuta com a possibilidade de reuniões
09 presenciais. A presidente esclarece que não teria como aprovar parcialmente
10 esta resolução, assim daria para se pensar em uma instrução normativa até que
11 seja feito o estudo e análise da comissão. A presidente orienta a PROEG para
12 elaboração de instrução normativa e que a comissão já constituída
13 anteriormente retome as discussões para a proposta de um nova minuta de
14 resolução. Em regime de votação fica aprovada a proposta da mesa, com 34
15 votos favoráveis. **Passa-se a relatoria do item 3.3 – Regimento do NEPITUR.** O
16 relator procede a leitura do parecer da câmara, fazendo os devidos
17 esclarecimentos, inclusive quanto ao parecer desfavorável por ausência de
18 aprovação do CONEPE, mas obteve informação que esta matéria já está
19 aprovada e só não foi juntada ao processo por ainda estar em processo de
20 construção das resoluções aprovadas recentemente. Em regime de votação fica
21 aprovado com 32 votos favoráveis. Passa-se a apreciação do ponto 4.
22 **Resultado das Comissões Temporárias: 4.1 - Regimento Geral da UNEMAT.**
23 O relator Anderson Amaral apresenta a comissão e lembra que não se tem
24 nenhum regimento anterior da Unemat para se seguir como base, o que se tem
25 apenas é o Estatuto. A comissão então fez a junção de todos os regimentos já
26 existentes na universidade, constituindo o regimento geral da Unemat, para
27 posterior regimento dos câmpus. Que se trata de um trabalho bastante intenso,
28 que a minuta foi elaborada com a assessoria da Associação Cearense e Estudos
29 e Pesquisa, e ainda com a contribuição da PRAD, considerando que este
30 documento é de cunho administrativo. Apresenta os temas constantes no
31 regimento. O conselheiro Anderson Miranda manifesta que as contribuições do
32 acadêmico Daniel foram encaminhadas antes de sua saída. O relator apresenta



01 a organização da minuta do regimento, procedendo à leitura dos títulos e
02 capítulos previstos na minuta, delimitando a organização da estrutura da
03 universidade, competências e atribuições. A presidente coloca em regime de
04 discussão, passando a palavra a técnica Valci que faz algumas sugestões para
05 se colocar as estruturas de unidade de gestão todas as possibilidades de
06 atribuições em aberto e não vinculando as pró-reitorias, pois hoje se tem
07 algumas situações que não estão previstas no Estatuto e que também não estão
08 constando na proposta de regimento, também a questão de nomenclatura. A
09 presidente esclarece que é preciso cumprir em princípio o que está no Estatuto
10 para posterior criação de alguns cargos na estatuinte. O conselheiro Claudeir
11 afirma que o primeiro ponto é saber o que é regimento geral, para quem será
12 feito este regimento, qual a relação entre regimento geral e organograma? Qual
13 a relação entre regimento e fixação de macro políticas e normalização
14 acadêmica? Que em vários momentos visualizou estas ações e que estas são
15 diferentes, e que não consegue identificar claro o que se está sendo criado. O
16 relator Anderson Amaral afirma que as colocações estão corretas, porém
17 quando se criou o Estatuto era para se ter criado o Regimento, mas como fazer
18 agora que já se tem criado os outros Regimentos Internos. A presidente
19 esclarece que é preciso se prever as regras da funcionalidade, que é preciso
20 hoje juntar o que temos, para se ter um mapa do que temos para se propor o
21 que queremos. O conselheiro Vinícius aponta no artigo 32 que trata da reitoria e
22 depois já segue para as unidades setoriais, é mais uma questão de estrutura. O
23 conselheiro Tales trata da composição dos colegiados, onde câmpus com
24 pequena estrutura não se tem tantos professores para assumir todos os
25 colegiados, e isto precisa ser considerado. Que deveria ser mudado a estrutura
26 dos câmpus, de maneira uniforme, que deve ser pensado a estrutura criadas
27 hoje, com faculdades, cursos, departamento, acredita que a proposição de
28 encaminhar isto para uma comissão seria ideal. O professor Rodrigo tece
29 considerações quanto a metodologia a ser empregada para a discussão dos
30 trabalhos, se manteria a comissão e que fosse encaminhado contribuições
31 digitais para ser apreciadas. O conselheiro Reinaldo afirma que se trata de um
32 trabalho complexo que deve ser respeitado o Estatuto, e, que não está claro o



01 que seria órgão complementar no regimento. O conselheiro Thiarles pede
02 esclarecimento quanto ao artigo 196, e, sugere a supressão do mesmo por
03 entender que os acadêmicos devam estar participando de todas as discussões
04 dentro da universidade. O conselheiro Valdir assegura que é uma questão de
05 redação, da forma como está escrita é legítimo o questionamento do
06 conselheiro. O conselheiro Tiago afirma que há redundância entre os colegiados
07 de cursos e de faculdade, propõe a dissolução dos colegiados de curso em favor
08 dos colegiados de faculdade, e acredita que desta forma teria mais agilidade nos
09 processos dentro dos cursos. O técnico Amir Montechi informa que tem uma
10 ferramenta digital para que cada pessoa possa dar sua contribuição. O
11 conselheiro Milton retoma o artigo 207 da Constituição Federal que dá
12 autonomia a Universidade dentre outras, e é preciso se tomar muito cuidado, e
13 que a lei federal é categórica para a composição para os conselhos, mas para o
14 congresso não. A presidente apresenta a proposta que quem puder contribuir
15 com a comissão que mande para a mesma, e esta irá trabalhar junto com a
16 câmara de legislação, sabe que o Reinaldo já fez isto e que alguns outros
17 também, que seria interessante para se chamar uma sessão extraordinária para
18 tratar sobre o assunto, assim, propõe que todos encaminhem as contribuições
19 para a comissão. O conselheiro Anderson Miranda sugere que seja previsto
20 datas para as atividades. A presidente questiona que dá para mandar
21 contribuições até 18 de novembro, e até a primeira quinzena de dezembro uma
22 sentada com a câmara de legislação. O conselheiro Adil pensa que é preciso um
23 prazo maior, e que na primeira sessão de 2016 se apresenta um esboço e nesta
24 sessão já marca uma extraordinária. O conselheiro Tiago manifesta que acha
25 ruim a data de março para a extraordinária por conta da extinção do mandato
26 dos acadêmicos. O conselheiro Tales pensa que as contribuições sejam até 15
27 de dezembro para que as comissões trabalhem em fevereiro. O conselheiro Adil
28 sugere que para quem puder mandar em dezembro mande ou ainda em
29 fevereiro. A presidente questiona quanto ao dia do retorno às atividades
30 acadêmicas, sendo informada que será 04 de fevereiro, ficando com prazo final
31 para envio até 12 de fevereiro. Em regime de votação: prazo até 15 de
32 dezembro; 12 votos favoráveis; prazo até 12 de fevereiro, 17 votos favoráveis.



01 | Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze a partir das oito
02 | horas reinicia-se a 3ª sessão ordinária após a contabilização do *quórum*, após os
03 | cumprimentos de bom dia, deseja em nome da nossa universidade os
04 | cumprimentos pelo dia do servidor, que a palavra servidor, é uma palavra
05 | semanticamente carregada de muitos desafios. E lembra que o conselho está
06 | reunido trabalhando a nossa carreira, ser servidor, assim, pede uma salva de
07 | palmas. Agradece em nome da UNEMAT pela dedicação no cotidiano da
08 | universidade. Passa a apreciação do item 4.2. III Congresso Universitário, tendo
09 | com candidato para a substituição do discente Daniel o discente Tiago. Passa a
10 | palavra ao Relator da comissão. A professora Vera Maquêa justifica a ausência
11 | do professor Romyr, e acrescenta que todos trabalharam juntos, inclusive finais
12 | de semana. Em tempo a presidente apresenta que o câmpus de Tangará vem
13 | trabalhando para que o câmpus passe a levar o nome do professor Eugênio,
14 | como lembrança e em memória ao professor. E ainda aborda a recente perda da
15 | professora Monica do Câmpus de Alta Floresta, e, pensa que deva ser feito uma
16 | placa de agradecimento a ser encaminhada às famílias pelos trabalhos
17 | prestados à instituição. O relator Luiz Fernando apresenta a comissão e a
18 | organização dos trabalhos, procedendo à leitura da minuta, com as intervenções
19 | dos conselheiros com destaques. A presidente passa a apresentação e
20 | discussão dos destaques. No Artigo 2º o conselheiro Reinaldo propõe a retirada
21 | do final do texto: "... em consonância com o Planejamento Estratégico
22 | Participativo da Unemat discutido e construído pela comunidade acadêmica". Em
23 | regime de discussão o destaque apresentado a professora Elizeth esclarece que
24 | talvez a palavra "em consonância" não seja a palavra ideal para estar na minuta,
25 | e, que o PEP não é um planejamento de gestão, e sim de toda universidade, no
26 | planejamento se trabalha planejando ações a partir das legislações vigentes,
27 | que no planejamento não tem o fim de reformular estrutura organizacional,
28 | sendo isto a função de um congresso. A grande questão do planejamento que
29 | deve ser levado em conta no congresso é que saíram proposições nos câmpus,
30 | e este documento que será construído se conhecerá um diagnóstico da
31 | universidade, e este sim deva ser o documento orientativo do congresso. A
32 | professora Vera manifesta que esta proposta está para ser discutida e validada



01 | por este conselho, e, que o planejamento estratégico participativo não é desta
02 | gestão, e sim um plano decenal para a universidade envolvendo todos os
03 | segmentos, se a palavra consonância não é boa, sugere que seja encontrada
04 | uma para ser substituída. Afirma que o planejamento é um instrumento que tem
05 | a ver com o conhecimento institucional e o congresso é um momento em que a
06 | comunidade acadêmica se reúne para definir as macro políticas, e é claro
07 | considerando o que foi definido no planejamento. Que é preciso deixar isto
08 | descrito de alguma maneira, para que seja considerado no congresso. O
09 | conselheiro Gabriel manifesta concordância com o conselheiro Reinaldo, pois já
10 | consta no artigo 19 como referência principal. A presidente ressalta que o
11 | planejamento estratégico poderia ser feito pelo gabinete, porém a gestão
12 | entende que seja pensado e construído por todos. O conselheiro Luiz Jorge
13 | questiona até quando o trabalho do planejamento estratégico será concluído e
14 | apresentado para este conselho para ser apreciado, validado e ser utilizado
15 | como norteador do congresso. A professora Elizeth esclarece que a previsão do
16 | documento orientativo é de estar pronto até dia 31 de dezembro, mas que em
17 | fevereiro será retomada para elaboração dos planos de ações, e planejamento
18 | para dez anos será alimentado anualmente. O conselheiro Adil afirma que
19 | realmente não há necessidade deste texto uma vez que já irá constar
20 | posteriormente. Concorda com a retirada e que seja acrescentado: “orientado
21 | pelas referências principais o conjunto dos documentos presentes no inciso I do
22 | artigo 19”. O conselheiro Marcos Borges propõe que seja mencionada a previsão
23 | no artigo 19 e que tudo seja feito de maneira *on line* para agilizar as atividades.
24 | O conselheiro Valdir esclarece que é em consonância com o conjunto de
25 | documentos constantes no artigo 19. A professora Vera afirma que a questão de
26 | redação poderá ser revisada posteriormente. O conselheiro Luiz Jorge por
27 | questão de ordem propõe que seja suspensa a discussão deste regimento, que
28 | seja acatada todos os destaques apresentados e que a comissão retome os
29 | trabalhos para posterior apresentação de nova minuta, já contemplando os
30 | destaques com uma proposta amadurecida. A professora Vera sensibiliza os
31 | conselheiros para o fato da necessidade de realização do congresso e que já se
32 | tem prazos estabelecidos, pedindo aos conselheiros que caminhem no sentido



01 de aprovar o regimento. O conselheiro Milton Chicalé manifesta que está
02 preocupado com os encaminhamentos, sobretudo com o previsto no artigo 19
03 com o termo “orientativo”, pois as leis são impositivas e não orientativas; pensa
04 que não é preciso colocar “em consonância”, que a palavra “deverão” deixa claro
05 que devemos caminhar de acordo com a legislação. A presidente coloca em
06 regime de votação a proposta do conselheiro Luiz Jorge: Proposta 01. Remissão
07 desta minuta à comissão, 06 votos favoráveis. Proposta 02. Continuidade da
08 discussão, 26 votos favoráveis; e 00 abstenção; ficando aprovada a continuidade
09 da discussão. A presidente coloca em regime de votação as seguintes
10 propostas: Proposta 01. Retirada do final do texto: “... em consonância com o
11 Planejamento Estratégico Participativo da Unemat discutido e construído pela
12 comunidade acadêmica”; 25 votos favoráveis. Proposta 02. Inclusão de
13 “orientado pelas referências principais o conjunto dos documentos presentes no
14 inciso I do artigo 19”, 08 votos favoráveis, ficando aprovada a proposta 01, com
15 a retirada dos termos. No artigo 3º o conselheiro Claudeir, Proposta 01.
16 Alteração de redação: “I. retirar a palavra direcionamento e acrescentar macro
17 políticas”, “II. Acrescentar após a palavra propor a palavra “deliberar”. O
18 conselheiro Reinaldo propõe a inclusão do inciso “VIII. Propor e deliberar sobre
19 políticas de organização político-administrativa da universidade”. A presidente
20 coloca em regime de discussão as proposituras. O conselheiro Marcos propõe a
21 supressão dos adjetivos “novo, nova”, sendo acatada pela comissão e pela
22 mesa. O professor Rodrigo chama a atenção para o inciso III que já prevê
23 políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão já está incluído o que o
24 conselheiro Reinaldo sugere. Em regime de votação as propostas 01 e 02,
25 ficando aprovadas com 31 votos favoráveis. No artigo 5º o conselheiro Reinaldo
26 propõe a redistribuição dos membros da comissão organizadora, com a
27 alteração de incisos e parágrafos: inciso I de 02 para 03 membros indicados pela
28 ADUNEMAT, inciso II de 02 membros para 04 indicados pela Reitoria – 02
29 docentes e 02 técnicos; inciso III 03 PTES indicados pelo sindicato; retiradas dos
30 incisos IV e V, inciso VI de 02 para 05 membros discentes eleitos pelos pares;
31 inciso VII e VIII mantém; retirada do inciso IX; acrescentar no parágrafo 1º “...
32 dentre os integrantes da referida comissão”; retirar e acrescentar no parágrafo



01 2º: retirar “sem direito a voto” e acrescentar “... exercendo nas votações o voto
02 de desempate”. O conselheiro Adil manifesta que por ele não ser eleito, não
03 poderá votar. O conselheiro Marcos propõe que no parágrafo 1º, o presidente
04 seja eleito entre os membros da comissão. O conselheiro Reinaldo retira a
05 proposta de alteração do parágrafo 2º. O conselheiro Thiarles reforça que nem
06 todos os câmpus tem DCE, e propõe que todos sejam indicados por DCE. O
07 conselheiro Gabriel concorda com a proposta do Reinaldo e discorda com a
08 indicação discente pelo DCE, pois nos câmpus não tem um diretório formado,
09 sem representação oficial, é preciso garantir a possibilidade de participação de
10 todos os câmpus. O professor Anderson Amaral concorda com as indicações
11 discentes assim como todos os outros segmentos que serão indicados, que os
12 acadêmicos resolvam como eles vão indicar. O conselheiro Vinícius pede que o
13 conselheiro Reinaldo justifique as mudanças sugeridas, para que os
14 conselheiros sejam esclarecidos. O conselheiro Reinaldo justifica a retirada do
15 PEP por não fazer parte da estrutura do congresso, e que não cabe a
16 permanência da comissão, e quanto aos estudantes retira a proposta da forma
17 de escolha, deixando a cargo dos acadêmicos a decisão. O conselheiro Luiz
18 Fernando sugere que: retirem os dois membros do PEP passando para a
19 reitoria, mantendo os demais incisos, e quanto aos discentes eles se
20 organizariam para ver se vai ser eleito ou indicado. Em regime de votação os
21 incisos, a Proposta 01. Proposta da comissão, 14 votos favoráveis. Proposta 02.
22 Alterações propostas pelo conselheiro Reinaldo, 16 votos favoráveis, 00
23 abstenção, ficando aprovada a Proposta 02. Em regime de votação: a forma de
24 escolha dos discentes, Proposta 01. Que sejam eleitos em livre e ampla
25 concorrência, 26 votos favoráveis; Proposta 02. Que a escolha da forma de
26 indicação fique a cargo dos estudantes, 15 votos favoráveis; Proposta 03. Que
27 sejam indicados pelos representantes, 11 votos favoráveis, ficando aprovada a
28 eleição para a escolha dos discentes. A presidente designa o professor
29 Anderson Amaral para dar suporte para este processo. No parágrafo 1º do artigo
30 5º, o conselheiro Reinaldo propõe: “... eleito entre os integrantes da referida
31 comissão”. Em regime de votação: Proposta 01. Manutenção da proposta da
32 comissão, 15 votos favoráveis. Proposta 02. “... eleito entre os integrantes da



01 referida comissão”, 16 votos favoráveis, e, 00 abstenção, ficando aprovado que
02 o presidente da comissão será eleito entre os pares. Proposta da comissão:
03 inclusão do parágrafo 3º: “os membros da comissão organizadora não terão
04 direito a voto”. Em regime de votação: 24 votos favoráveis, 04 votos contrários,
05 00 abstenção. No artigo 6º o conselheiro Reinaldo retira seu destaque. No artigo
06 8º o conselheiro Luiz Fernando esclarece que haverá a substituição da palavra
07 congresso para plenária. No artigo 11 o conselheiro Claudeir propõe: inclusão do
08 item “financiamento”. Proposta 01. Manutenção da proposta da comissão, 12
09 votos favoráveis. Proposta 02. “Inclusão do eixo financiamento”, 20 votos
10 favoráveis, e, 00 abstenção, ficando aprovada a proposta 02. No artigo 12 o
11 conselheiro Reinaldo propõe: composição dos delegados, 156 delegados
12 usando como referência o previsto no CONSUNI. A professora Vera Maquêa
13 justifica que foi pensado na participação paritária de todos os câmpus no
14 congresso, garantindo a representatividade de todos com voz expressiva. O
15 conselheiro Vinicius manifesta favorável a proposta da comissão garantindo o
16 interesse de todos. O conselheiro Gabriel questiona como se garante a paridade
17 por meio da proporcionalidade? O conselheiro Marcos informa que o câmpus
18 maiores tem problemas e que os pequenos também e, pensa que tem que ser
19 proporcional. O professor Francisco lembra que no congresso se trata de
20 políticas macros, e é preciso garantir a paridade a todos os câmpus. O
21 conselheiro Claudeir explica que quando se aplica a proporcionalidade os
22 câmpus grande sempre serão grandes e os pequenos “pequenos”. O professor
23 Anderson manifesta que em princípio não ficou contente com a proposta da
24 comissão, porém acabou concordando com a comissão garantindo a
25 participação igual a todos. O conselheiro Milton Chicalé entende que no
26 congresso deva ser paritário, para não haver prejuízos para os câmpus
27 menores. O professor Rodrigo afirma que está sendo discutida a
28 representatividade para a Unemat e não para os câmpus, e que aqui não dá
29 para se pensar em proporcionalidade. O conselheiro Alexandre faz a leitura do
30 Estatuto que versa ser paritária. O conselheiro Marion manifesta que os câmpus
31 pequenos tem muito a ensinar os câmpus grandes. Em regime de votação:
32 Proposta 01. Manutenção da proposta da comissão, 30 votos favoráveis.



01 | Proposta 02. “composição dos delegados, 156 delegados usando como
02 | referência o previsto no CONSUNI”, 05 votos favoráveis, e, 00 abstenção,
03 | ficando mantida a proposta original. Passe-se a apreciação do destaque no
04 | artigo 13 feito pelo conselheiro Reinaldo. O conselheiro propõe: “apenas o reitor
05 | como membro nato”. A comissão defende que o reitor e vice-reitor são eleitos
06 | juntos então se defende a proposição. O conselheiro Milton Chicalé afirma que o
07 | vice-reitor é figura importantíssima e que se deve manter a proposta da
08 | comissão. Proposta 01. Manutenção da proposta da comissão, 26 votos
09 | favoráveis. Proposta 02. “apenas o reitor como membro nato”. 02 votos
10 | favoráveis, e, 00 abstenção, ficando mantida a proposta original. Em destaque o
11 | parágrafo único do artigo 13. O conselheiro propõe: “acrescentar ao final entre o
12 | 1º e o penúltimo semestre”. A professora Vera propõe a seguinte redação: “que
13 | o estudante que se candidatar tenha vínculo efetivo até a realização do
14 | congresso”. Em regime de votação: 26 votos favoráveis, 00 votos contrários, e
15 | 01 abstenção. Em destaque o artigo 14 proposto pelo conselheiro Claudeir: “que
16 | a eleição seja deflagrada pela ASSOC, com uma comissão local de suporte”. A
17 | presidente afirma que não tem suporte para esta realização. Fica sugerido pelo
18 | conselheiro Claudeir e pela mesa, o processo de escolha dos doze delegados de
19 | cada unidade será conduzido pela comissão organizadora e, parceria com as
20 | comissões locais indicadas pelos respectivos colegiados regionais e sede
21 | administrativa, obedecendo aos critérios estatutários. Em regime de votação: 29
22 | votos favoráveis. O destaque do artigo 15 foi retirado pelo conselheiro Reinaldo.
23 | A professora Vera esclarece que é preciso haver a inversão do artigo 19 em
24 | seguida ao artigo 17. Fica acrescida a LDB no rol de documentos, Plano
25 | Nacional e Plano Municipal. O conselheiro Marcos manifesta que o que sobra
26 | são os incisos I e II que sobem. A professora Vera afirma que o único inciso que
27 | deve subir seria o I, por se tratar dos documentos bases. O conselheiro Adil
28 | propõe que o inciso I seja parágrafo único do artigo 17. Em regime de votação:
29 | “deslocamento do inciso I para o artigo 17 como parágrafo único”, ficando
30 | aprovado com 32 votos favoráveis, 01 voto contrário, 00 abstenção. Em regime
31 | de votação: “inclusão da letra m - LDB no rol de documentos”, ficando aprovado
32 | com 29 votos favoráveis, 05 voto contrário, 00 abstenção. Em destaque o artigo



01 | 23 parágrafo único feito pelo conselheiro Claudeir. O conselheiro Claudeir
02 | manifesta que 50% mais um dos votos dos delegados não é maioria simples,
03 | isto é maioria dos delegados e não dos presentes. A presidente sugere alteração
04 | da redação: “50% mais um dos delegados presentes”. O conselheiro Luiz Jorge
05 | esclarece que o correto seria “metade mais o primeiro número inteiro”. O
06 | conselheiro Adil entende que seriam 50% mais um dos eleitos, senão não teria
07 | representatividade. A presidente propõe a inserção de um artigo após o 16: “o
08 | seminário local, seminário regional e a plenária do III Congresso Universitário
09 | somente poderão se instalar mediante maioria absoluta dos delegados eleitos, e,
10 | as deliberações aprovadas por maioria simples”. Em regime de votação: fica
11 | aprovada a inclusão com 29 votos favoráveis, 00 voto contrário, 00 abstenção.
12 | Em destaque artigo 24 pelo professor Anderson Amaral sugere que deveria ter
13 | tese final ou aprovada. A professora Vera pensa que seria as quatro teses
14 | resultantes dos seminários regionais, que a ideia é não se fazer uma eleição e
15 | que estas sejam discutidas, então, que se pensasse em ter uma tese de
16 | referência ainda que ela seja discutida e repensada, que não se trata de uma
17 | tese final, e sim para que a partir dela seja discutido em plenária. O professor
18 | Rodrigo pensa que nos câmpus seja elaborado pré-tese, no regional vai
19 | qualificar a tese, que vai para a discussão para a plenária geral, como tese guia,
20 | e não necessariamente será a tese final. A presidente acrescenta que a
21 | comissão organizadora precisa pensar em GTs para estudos das teses. Em
22 | destaque o Anexo 02 das orientações - Eixo 2, o conselheiro Claudeir pensa que
23 | seja pouco 10 páginas. A professora Vera esclarece que não teria problema em
24 | alterar a numeração, a ideia é a criação de um padrão. O conselheiro Claudeir
25 | acredita que no primeiro momento seria ideal, porém no segundo e terceiro
26 | momento seja pouco. A professora Vera esclarece que isto seria um modelo de
27 | formatação metodológica. O conselheiro Marcos afirma que não é papel do
28 | regimento dizer o que o CONSUNI deve fazer isto já está previsto no Estatuto. O
29 | relator afirma que é apenas para reforçar. O conselheiro Tharles questiona o que
30 | o CONSUNI deve fazer? Apenas homologar ou discutir? A presidente esclarece
31 | o questionamento e pede para a retomada do eixo em destaque. Ainda no eixo
32 | 2, o conselheiro Reinaldo afirma que não é nosso dever sobre o papel da



01 FAPEMAT. A professora Vera explica que se pensou em estabelecer uma
02 relação. A presidente sugere a exclusão da letra “e”, do eixo 2, a letra “d” do eixo
03 3, e a letra “e” do eixo 4. Em destaque o Eixo 3 pelo professor Rodrigo. O
04 professor Rodrigo manifesta que não entende que seria preciso amarrar ou
05 deixar como sugestão para discussão. A presidente encaminha juntamente com
06 o conselheiro Reinaldo que se mantenham apenas os eixos. O conselheiro
07 Reinaldo esclarece que ficam a cargo as discussões. O conselheiro Marcos
08 afirma que seria bom que ficasse como referências. Em regime de votação: “os
09 pontos elencados em cada eixo se tornem sugestões”, ficando aprovado com 30
10 votos favoráveis, 00 voto contrário e 00 abstenção. A comissão sugere que
11 sejam indicados suplentes na mesma quantidade, evitando prejuízos. Em regime
12 de votação: “suplentes” ficando aprovado com 30 votos favoráveis, 00 voto
13 contrário e 00 abstenção. Em apreciação o item 4.3 - Critérios de distribuição de
14 recursos da Administração Central para os câmpus Universitários. O relator pede
15 dilação de prazo, visto que os trabalhos não foram concluídos. Em regime de
16 votação: fica aprovada a prorrogação até a próxima sessão com 30 votos
17 favoráveis, 01 voto contrário, e 01 abstenção. Em apreciação o item 4.4 - Estudo
18 e reorganização da política de oferta de cursos do *Campus* Universitário de Alto
19 Araguaia. A relatora Gislaíne pede a prorrogação do prazo frente a relevância da
20 matéria e a necessidade de se ter dados consistentes para serem discutidos. O
21 conselheiro Milton Chicalé afirma que já está procurando um consenso com o
22 outro grupo para se chegar a um encaminhamento. Já o professor Isaac
23 manifesta que eles ainda não chegaram a um consenso. Reforça ainda que hoje
24 é o câmpus de Alto Araguaia quem vive isso, podendo ser outros câmpus
25 futuramente. A conselheira Gislaíne esclarece que a comissão não foi
26 constituída para discutir “Rondonópolis” e sim sobre alternativas de turmas
27 diferenciadas, que foram feitas quatro reuniões, sendo pública, e, está
28 solicitando prorrogação de prazo por que ainda requer algumas outras
29 discussões. A conselheira Eveline manifesta que a questão de Alto Araguaia
30 vem sendo discutida amplamente, que não está fazendo nada as escondidas, e
31 que não ficou sob a responsabilidade da comissão discutir Rondonópolis. O
32 professor Rodrigo esclarece que uma comissão anterior fez estudo e saíram



01 duas propostas: criação de dois cursos e criar Rondonópolis, porém foi criada
02 outra comissão para discutir valores. E aqui a comissão é para discutir outro
03 ponto. Em regime de votação: fica aprovada a prorrogação até a próxima sessão
04 com 28 votos favoráveis, 00 voto contrário, e 01 abstenção. O ponto de Pauta
05 06. Regimento da Editora da Unemat, incluído inicialmente foi retirado pela mesa
06 para posterior apreciação do conselho. Em apreciação o ponto de Pauta 07.
07 Regimento para remoção definitiva. O conselheiro Marcos em questão de
08 encaminhamento sugere que seja remetida para a câmara de gestão de
09 pessoas. O pró-reitor esclarece que a remoção definitiva é administrativa, assim
10 tem a proposta de edital contínuo, para remoção em 2016, que os pedidos por
11 interesse do servidor será incluído neste bloco conjunto. Em regime de votação:
12 “encaminhamento da minuta para a câmara de gestão de pessoas, e legislação”,
13 ficando aprovada a proposta com 32 votos favoráveis, 00 voto contrário, e 01
14 abstenção. Em apreciação o ponto de Pauta 08. Autorização de aumento de
15 vagas para oferta de duas turmas da educação indígena. O relator Adailton
16 esclarece aos conselheiros sobre a matéria, esclarecendo sobre os valores,
17 convênios e ainda sobre as parcerias para execução. O conselheiro Tales pede
18 esclarecimento quanto ao número de ingressantes, ficando esclarecido pelo
19 relator o escalonamento do ingresso. O professor Anderson Amaral ressalta
20 sobre a importância da educação indígena, e que os valores financeiros devam
21 ficar claro, e isto foi apresentado, que existe especificidades para a realização
22 dos cursos, e que algumas coisas possam ser implementadas em outros
23 convênios. O conselheiro Marcos pensa que é de grande relevância para a
24 universidade, e que os valores dos salários dos professores deveriam ser
25 colocados como contrapartida da universidade, e que os outros que vem que
26 venham como parcerias, que o carro chefe é a universidade. O conselheiro
27 Ricardo manifesta que não sente seguro para a votação, sem que tenha
28 passado pelo CONEPE e pela câmara. O conselheiro Luiz Jorge pede
29 esclarecimento se está sendo votada a questão financeira com o aumento de
30 vagas ou alteração financeira, ficando esclarecido pela professora Vera. A
31 presidente explica que alimentação fica a cargo da SEDUC, professores pelo
32 PARFOR e apenas a equipe do diretor do programa que é pela Unemat. Em



01 regime de votação: “aumento de 120 vagas”, ficando aprovada a proposta com
02 29 votos favoráveis, 00 voto contrário, e 01 abstenção. Em apreciação o ponto
03 de Pauta 09. Calendário das reuniões do CONSUNI. Encaminhamento: 1ª
04 sessão em março, 2ª sessão em junho e 3ª sessão em setembro. Em regime de
05 votação: fica aprovada a proposta com 25 votos favoráveis, 01 voto contrário, e
06 00 abstenção. O conselheiro Milton Chicalé manifesta que muitas coisas que o
07 professor Isaac disse não condiz com a verdade, e que não teve direito a voto,
08 mas que serão feitas informações em momentos oportunos. O conselheiro Ivan
09 sugere que o CONSUNI seja itinerante. O conselheiro Claudeir sugere que o
10 próximo seja em Alto Araguaia. Em regime de votação: “que o CONSUNI seja
11 itinerante”, ficando aprovada a proposta com 24 votos favoráveis, 01 voto
12 contrário, e 02 abstenções. Que as sessões sejam nas regionais. Em apreciação
13 o ponto de Pauta 10. Proposta da Prefeitura de Rondonópolis para
14 Reorganização dos Cursos em Regiões Estratégicas (Rondonópolis e Várzea
15 Grande). Em regime de discussão o conselheiro Tales esclarece que como
16 membro da comissão que estuda Alto Araguaia ficará muitas atividades a serem
17 realizadas e ainda existe a preocupação com recursos financeiros para
18 deslocamentos. O conselheiro Milton Chicalé relembra os trabalhos já realizados
19 anteriormente e que não foram aprovados por este conselho, que Rondonópolis
20 só quer cursos clássicos, e que fica preocupado com os encaminhamentos, que
21 já em viagem já sabiam que o grupo protocolaria outra proposta, e o que choca é
22 que foi conversado sim com este grupo e que estava sim combinado um
23 encaminhamento. A conselheira Gislaine esclarece que houve ascensão no
24 ingresso acadêmico, que em decorrência da falta de infraestrutura e a falta de
25 dinheiro a proposta seria oferta de turmas fora de sede em Alto Araguaia. Que
26 tem princípios morais e cristãos e não se pensou em esconder nenhuma
27 situação. A conselheira Solange Ikeda coloca que como a comissão que trouxe a
28 carta foi embora ela se sente incomodada em estar discutindo a matéria. O
29 conselheiro Adil não tem clareza de que posição tomar quanto a este assunto,
30 pois ainda precisa de análise dos resultados dos trabalhos, e que a comissão
31 ainda vai ser discutida aqui em outros momentos. O conselheiro Marion
32 esclarece que a curva de ascensão é por conta do ingresso por histórico do



01 ensino médio. O conselheiro Luiz Jorge entende que este conselho vai discutir
02 matérias que não são acordos, e que hoje tem a questão de Alto Araguaia que
03 não está sendo possível resolver, que o conjunto de forças deve apresentar uma
04 proposta viável para solucionar o problema sendo sustentada pela maioria dos
05 representantes do câmpus, que o conselho não vai decidir aqui. A presidente
06 esclarece que a reitoria não tem decisão combinada com Colíder a proposta é
07 deles, e que tem que encarar Rondonópolis, porém é preciso resolver Alto
08 Araguaia primeiro, e que o conselho precisa sim decidir. Que a comissão do
09 Araguaia tem que chegar aqui com uma proposta na próxima sessão. A proposta
10 aqui discutida é que “vamos levar dois cursos para Rondonópolis”, mas isto é
11 preciso ser decidido pelo câmpus. Que não se tem proposta alguma financeira
12 para a abertura de Rondonópolis com ocorreu com a UEMS em Mato Grosso do
13 Sul quando foi levada para Campo Grande. O conselheiro Adil afirma que este
14 conselho precisa ter a capacidade de se resolver as questões colocadas, e que
15 atua neste conselho em nome da categoria, e que não combina voto, como foi
16 falado pelo professor Isaac quando aos acordos de Sinop e de Tangará. O
17 conselheiro Tales explica que não se tem nada combinado, que apenas houve
18 discussões no câmpus, mas ainda deverá ser elaborado documento a ser trazido
19 para cá. O conselheiro Tales esclarece que a proposta dos professores é a
20 junção do curso com o curso de Cáceres, porém isto não está definido, que
21 ainda vai se discutir sobre o assunto. Se em Cáceres não tem vaga, então é
22 uma proposta inviável, que se tem uma comissão constituída e esta vai começar
23 a trabalhar. Em regime de votação: “encaminhamento destes documentos à
24 comissão já existente para tratar de Alto Araguaia”, obteve 16 votos favoráveis,
25 03 voto contrário, e 02 abstenções. A presidente propõe a indicação para
26 composição da comissão do III Congresso, ficando indicados o docente Eveline,
27 o técnico Jeferson , e o discente Thiarles. O conselheiro Thiarles sugere que
28 seja suplente quem entrar no próximo mandato, ficando acatado pela mesa. A
29 presidente coloca que não é uma reitora de golpe, e que havendo dissonância
30 que venha tomar pé com a coordenação do CONSUNI, que é preciso se ter
31 coerência, respeito e sem sentenciar antes de qualquer escuta, pede que se
32 tenham cuidado nas redes sociais e nos corredores, que a rede social não é o



01 espaço para estas discussões, cuidado com informações distorcidas, pois somos
02 formadores, e, agradece a todos pelo trabalho, que as pessoas vêm de longe e
03 discutem horas sobre o mesmo assunto, que possamos ter um final de ano com
04 muita saúde e carinho. A presidente convoca o professor Porto para informar
05 como está composto o conselho administrativo da FAESPE. O professor Marcelo
06 cumprimenta a todos fazendo uma retrospectiva histórica da fundação, com os
07 problemas vivenciados em 2010 e 2011, apresentando a grande procura no ano
08 passado de diversos órgãos para trabalhar em parceria, que hoje tem convênios
09 com o Tribunal de Contas, Prefeitura de Rondonópolis dentre outros, que assim
10 é preciso se pensar numa regulamentação para que os professores possam
11 atuar em determinadas ações dando suas contribuições junto a fundação. O
12 professor Porto fala sobre o conselho administrativo da FAESPE sendo ele o
13 presidente, apresentando os demais representantes, que houve uma primeira
14 reunião, e já se começa um estudo de reestruturação da fundação. O professor
15 Wilbun apresenta uma síntese dos números desde 2012 da fundação, que
16 muitas vezes as pessoas fazem uma leitura por não conhecer a realidade da
17 fundação. Que a fundação teve que arcar com despesas trabalhistas, que houve
18 duas pessoas que não terminaram a especialização e entraram na justiça e
19 como não se tinha comprovações, foi determinada pelo juiz a emissão do
20 certificado e ainda o pagamento de um valor de 135 mil para os interessados.
21 Esclareceu quanto à questão do curso de turismo de Cáceres. Explica sobre os
22 déficits advindos dos anos de 2012, 2013 e 2014. Que em 2015 houve um
23 avanço na fundação, com as ações, trabalhos e convênios de grande relevância.
24 Explica quanto ao plano de trabalho de um convênio, sendo que este apresenta
25 o recurso oriundo do projeto e como vai ser aplicado, quais as ações a serem
26 desenvolvidas e em que período. Que o plano ao chegar à fundação passa por
27 apreciação e aprovação, que todas as instâncias do câmpus envolvidas no
28 projeto devam ter conhecimento de proceder parecer favorável. Que o
29 coordenador realiza as despesas, encaminha para a fundação que faz a
30 execução financeira para posterior prestação de contas. Entende que a
31 prestação de contas deva ser assinada pelo coordenador do câmpus, que o
32 plano de trabalho hoje só sofrerá alteração se for para evitar prejuízos na



01 realização das atividades do projeto, o que antes poderia ser alterados a
02 qualquer momento. Ao término de sua explanação agradece a atenção de todos.
03 O conselheiro Tiago esclareceu que é acadêmico do curso de computação, setor
04 de computação na UNEMAT do Câmpus de SINOP, e que o curso começou em
05 2013 e ainda não teve acesso a prestação de contas do mesmo. Que a
06 prefeitura não faz os repasses, cabendo ingresso com ação judicial para
07 pagamento. O professor Wilbum manifesta que o valor de pagamento do
08 contador não é alto e sim irrisório frente as responsabilidades junto ao Ministério
09 Público e outros órgãos controladores. Quanto a transparência dos convênios
10 está a disposição de todos os coordenadores dos projetos e do coordenador do
11 câmpus, cabendo também a estes levar informações aos interessados. Que a
12 fundação tem apenas quatro funcionários sendo pouco e ainda que está sendo
13 providenciado a divulgação por meio de sistema. O professor Marcelo informa
14 que em relação ao curso de computação a prefeitura deixou de repassar mais de
15 12 meses, e que foi realizada duas visitas em SINOP no ministério público para
16 fazer o termo de ajustamento e resolver esta situação. Que em relação as
17 turmas fora de sede fica complicado pela troca de prefeitos, onde entra pessoas
18 com outros entendimento, deixando de cumprir o convênio, que já foi notificado
19 extrajudicialmente a prefeitura onde foi dado um prazo para o repasse à
20 fundação, caso não seja cumprido será regressada a ação judicial. Mas que os
21 alunos não estão tendo prejuízos e irão se formar do mesmo jeito. O técnico
22 Amir de posse da palavra reforça a questão da transparência, e que a
23 transparência digital da fundação não funciona, que a transparência é para todos
24 e não apenas para os coordenadores. Que em muitos casos é preciso chegar
25 por vias judiciais, para se atingir objetivos, ou seja, que a universidade cumpra
26 com a legalidade. Que terá uma reunião com o ministério público e que sempre
27 tenta dialogar, porém se tem resultados. Que sempre ouve dizer que está se
28 engatinhando a um bom tempo na universidade. O professor Marcelo esclarece
29 que o mesmo não deixa de ter razão quanto ao site oficial da fundação, porém
30 isto não tem custo baixo, e, que agora está sendo possível remodelar o site e em
31 curto espaço de tempo se pretende alimentar este site com a possibilidade de
32 contratação de uma pessoa para alimentá-lo. Manifesta que todos tem o direito



01 de buscar informações dentro da FAESPE, requisitando documentos,
02 recentemente recebeu a visita de um promotor de justiça e que se espera que
03 tão logo possa estar colocando no site informações de todos os convênios.
04 Manifesta que é preciso se mexer nas normas para que professores e técnicos
05 possam participar das ações desenvolvidas pela fundação. Solicita que seja feito
06 um estudo nas regras internas da universidade neste sentido. O professor
07 Wilbum manifesta que existe a possibilidade de contar com os serviços de
08 técnicos e docentes para participar. O professor Rodrigo afirma que a fundação
09 pode ajudar a resolver as questões regionais e a universidade hoje precisa se
10 redescobrir com novas ações. O conselheiro Tales coloca que esteve estudando
11 com o professor Marcelo e a professora Ana quanto ao pagamento de bolsas, e
12 pede informações sobre este assunto. O conselheiro Ricardo questiona sobre a
13 minuta de atividades esporádicas. O professor Porto esclarece que já está sendo
14 discutida a questão das bolsas. O conselheiro Marion esclarece que a equipe da
15 fundação é muito pequena para dar conta de todas as ações, que esta tem
16 parceiros que possam estar somando com a universidade, que não se pode
17 esquecer o que já foi avançado. A presidente agradece aos professores Wilbum,
18 Marcelo, e Alexandre Porto pelo trabalho que vem realizando frente à fundação,
19 e que se possa espelhar nas melhores fundações, e que se façam todos os
20 esforços possíveis para melhorar esta fundação, e que todo o problema de
21 transparência seja sanado em prol da melhoria da fundação. Agradece a todos
22 e, nada mais havendo, a Presidente declarou encerrada a sessão e, eu, Silvana
23 Mara Lente, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada pelos conselheiros,
24 segue devidamente assinada.